

## EM TÓRNO DE LUIZ XIV

### Considerações a propósito de um livro recente (1).

Um livro sobre Luiz XIV. Contrabando na Coleção Henri Berr: não sintoniza com o espírito da *Syntèse Historique*. Feito conscienciosamente, sem dúvida, mas um livro "vieux style". Esmagadoramente história-política. Essa historiografia continua sendo necessária, mas, apresentada sôzinha, não satisfaz mais.

Eu disse: sobre Luiz XIV? Não. Apenas sobre os episódios da diplomacia de Luiz XIV e seu imperialismo político. Livro clássico de professor burguês acostumado a apresentar os problemas resolvidos. Tudo sai límpido, sem angústias, refrigerado de objetividade. As personagens parecem recortadas em papelão. Mostradas mas não sentidas. Do próprio Luiz XIV, o A. não gosta nem deixa de gostar. Apesar da aparência de sua apreciação final, pois esquivou-se ao pedir de empréstimo ainda o julgamento de Voltaire (2).

Grande conhecedor da bibliografia histórica do período de 1610 a 1715 (3), Louis André tomou o encargo que estava reservado a Georges Pagés precocemente desaparecido. Dí-lo H. Berr no Prefácio. Justa escolha por certo. Dono do assunto graças a uma velha convivência. Pena, porém, que conte os acontecimentos sem sentir os homens. Fatos e fatos se sucedem, atropelam-se em cima do mapa da Europa. Mas o homem do século XVII, o "honnête homme" não aparece. História de eventos diplomáticos e militares. Negociações. Planos. Guerras. Tratados. Questões. Missões. Aquisições territoriais. Alianças. Pazes. Tréguas. Fronteiras. Intrigas. Partilhas. Despedaçamentos. Os seres huma-

(1). — André Louis — *Louis XVI et l'Europe*. Col. Synthèse Historique. Albin Michel, Paris. 1950.

(2). — Esta a frase de Voltaire: "Louis fit plus de bien à sa nation que vingt de ses prédécesseurs ensemble, et il s'en faut beaucoup qu'il fit ce qu'il aurait pu". Evidente exagero. Evidentíssima injustiça.

(3). — Bourgeois, E. — André, L. — *Les sources de l'histoire de France au XVII.<sup>e</sup> siècle. 1610-1715*. 4 vols. Paris. 1913. Ainda sua tese: Michel Le Tellier et l'organisation de l'armée monarchique. Paris. 1906. Outros trabalhos: *Deux Memoires historiques de Cl. Le Pelletier*. (Paris. 1908), Michel Le Tellier et Louvois (Paris. 1942), e, mais geral: *Les XVII.<sup>e</sup> et XVIII.<sup>e</sup> siècles* (Paris. 1927).

nos são apenas entrevistados de passagem. Não interessam ou só interessam enquanto envólucros de fatos. Não acontecem, carregam acontecimentos. Resultado: o livro fica sem alma, sem calor, sem colorido. Para ser imparcial é neutro. E a neutralidade é despidida de atrativos.

E' no que dá a departamentação da história. História diplomática. Entediante. Entediante e falsa. Mesmo quando os fatos são verdadeiros. Receituário de guerras. Ou melhor: diagnóstico *post mortem* de como se cozinham povos ao bafo de caprichos e cobiças de gabinete. Necropsias coletivas. E os povos — o manjar dos gigantes — não merecem um lugar na tragédia. “Sua Majestade alimentou-se esta manhã com acridiano apetite”. Mas não se diz que caça digeriu o Pantagruel coroadado.

Essa historiografia que coordena fatos políticos numa orquestração feita de harmonias narrativas trabalha com abstrações e não com realidades. Tudo acontece numa coerência revoltante. Deslisamento de engrenagens bem lubrificadas. Como se os homens não fôsem homens, mas figuras históricas. Figuras históricas. E' bem isso. História: processo de desumanização das criaturas de Deus. Um embaixador, por exemplo, não é um homem, é um embaixador. Usa uma caracterização cênica porque está no palco. Cada ator aparece e recita seu papel para a posteridade extasiada. Trata-se um exército como peça de taboleiro para um cheque em boas condições. Como se não fôsse feito de gente. Porque essa gente não pensa, não sente, não sofre. Não marcha, não veste, não come. Não deserta e não morre. Onde um exército é igual a outro exército. Tudo se consuma nas decisões dos chefes. E os chefes por sua vez estão representando em movimentos de autómatos. Que saudades do velho Michelet: história que não poderia ser escrita por outro historiador.

E o cenário? A Europa? A Europa do século XVII que se entremostra é um mapa e uma cronologia de monarcas grávidos de apetites germinando planos e intrigas. Louis André descreve a Europa exatamente como a via Luiz XIV: viveiro de diversões diplomáticas. O povo: carneirada encurralada entre fronteiras arfantes de expansionismo. Também o povo é visto pelos olhos do rei: olhos vidrados por concepções peremptas. O Grande Ausente.

Nessa historiografia inhumana soem passar diplomatas e chefes de Estado em busca de inspiração para bravuras de gabinete que assegurem a “consagração” da História. A realidade de que se ocupa é uma deformação. A que ficou formalmente documentada. O povo, êsse não documenta conscientemente seus sofrimentos; só os reis tabelionam caprichosamente suas asnicies para folgança de historiadores açodados.

Luiz XIV e a Europa: belo tema para muita história. Era preciso começar com Luiz XIV. Encontra-se na sua psicologia a chave de sua política exterior. Observou-o G. Zeller. Apesar das

influências, êle dirigia pessoalmente as atividades diplomáticas, pelas quais conservou sempre um gosto especial. Eram os números mais excitantes de seu programa de glórias. Leia-se Picavet (4).

Sumário o estudo do homem: um dos termos do binômio "Luiz XIV e a Europa" (pg. 16 segs). Não o aprisionou L. André, para fazê-lo viver sua diplomacia belicosa. Esquema em três traços amor pelo amor, amor pela glória e amor pela realeza. Três traços equivalentes para um homem que viveu 4/5 de um século. O Luiz XIV da Guerra de Sucessão da Espanha, aos 64 anos, seria ainda um amoroso do amor? Erá preciso conjugá-los, dosá-los segundo as idades para descobrir que o último condicionava os demais e que o primeiro é deveras duvidoso.

Por prudência evitaram-se os retratos morais que possam ser arbitrários ou meramente simbólicos. Mas, desde que se enfrentou o risco, tem-se que descer ao fundo do poço. De Luiz XIV não há uma mentalidade a estudar-se: há mentalidades. De quem até os 77 anos teve muito tempo para mudar. O mocinho platonicamente enamorado de Maria Mancini não era o mesmo homem amadurecido e sensual que conheceu a Montespan, nem o mesmo o monarca fatigado que, no declínio, repousava junto à compreensividade beata de Mme. Maintenon. O impetuoso galã da guerra de Devolução e da paz de Aix-la-Chapelle não é o estadista que enfrenta a Liga de Ausgsburgo e obtem Ryswick. Aos 29 anos era o caçador de glórias provocando as oportunidades; aos 51, a moderação da experiência comedia os arrebatamentos. Mais de 20 anos depois. Vinte Anos Depois. Alexandre Dumas que era apenas romancista banhando na vida sua sensibilidade, não teve dó de mudar os seus mosqueteiros. Por que não mudaria o filho de Ana d'Áustria?

Não fica útil o retrato de Luiz XIV apresentando como o foi no intróito. Não ilumina os acontecimentos estudados. Sem êle tudo seria escrito igual. Por que apresentar o mapa da Europa antes e depois de Luiz XIV, e não apresentar Luiz XIV também antes e depois das guerras? O enamorado da glória a cortejá-la, e depois o marido da glória que apenas observa obrigações conjugais?

L. André geralmente atem-se respeitoso às idéias que êle deixou escritas, sem as confrontar com sua conduta efetiva para confirmação ou desmentido. Por que homem nenhum é obrigado a seguir, na prática, suas próprias idéias teóricas. Razões há que não são da inteligência. O historiador acredita quase sempre no que escreve Luiz XIV. Devoção de súdito. (5). Até na apresentação

(4). — Picavet, C. G. — *La diplomatie française au temps de Louis XIV* (1661-1715). Alcan, Paris. 1930. Liv. 1, cap. III, pg. 60 segs.

(5). — Aliás, documenta-se com demasiada confiança nas *Memoires* (redigidas parcialmente por Périgny e Pellisson) e que Louis Bertrand superestimou na sua obra, de resto apologética. (*Louis XIV*, Paris. 1949. pg. 179). Sabemos que depois da crítica de Esmonin à propósito da edição de Longnon (1927) com quem teve polémica, elas tiveram seu prestígio abalado como fonte segura.

A propósito de citações e referências. Como é horroroso o sistema econômico adotado nestas edições Albin Michel por meio de algarismos romanos a serem "radarizados" no fim do volume!

dos ministros louva-se constantemente na opinião do próprio rei sobre eles. Pode um historiador focalizar com justeza os homens vendo-os pelo microscópio régio, onde o critério de apreciação é quase sempre apenas o da capacidade de bem servir? Aliás, L. André talvez aconselhado pela cautela da imparcialidade contenta-se em mostrá-los na opinião dos contemporâneos (pg. 35 e segs.). Tê-lo-á mostrado como o foram de fato?

Luiz XIV, grande rei? Eis uma fama. Auto-grande-rei. Por que os historiadores não reagem contra certos truismos suspeitos? Para poderem dizer de uma vez: Que grande França Luiz XIV estragou! Não é bonito ficar-se repetindo as bajulações dos áulicos contemporâneos. Nem para estar na companhia desvanecedora de Voltaire que era afinal um palaciano bilioso.

A psicologia é um antídoto contra o empacho de documentos. Devia entrar na dieta obrigatória dos historiadores como vitamina para a fixação do cálcio das provas arquivais. Para compreender é preciso desvestir Luiz XIV de suas sêdas e veludos, de sua cabeleira senhoril e anti-higiênica, de seu romanismo "faisandé". Para vê-lo homem em suas justas proporções, longe do trono que tem de graus do alto dos quais as perspectivas podem parecer deformadas. Para vê-lo também com olhos de homem e não de arquivista profissional. Para ver depois o que êle fêz da França e da Europa, entendendo-se por França e Europa, não recortes cartográficos, mas enormes paisagens humanas. Cortes anatômicos na intimidade dos povos, e não vagas peças insensíveis de *puzzle* político.

Luiz XIV. Um rei cu uma idéia? Um rei não é nada. E' um nome entre duas datas. Mas um rei é um homem, às vêzes é também um grande homem. Sua função resulta de encarnar, de materializar uma idéia cristalizada numa instituição. Homem, Luiz XIV quase nada apresenta de genial. Nem inteligência, nem sensibilidade, nem compreensão humana excepcionais. Um como os outros. Grande em seu reinado foi a idéia viva, de uma vitalidade agressiva, que se fazia da realeza: o poder de direito divino. O poder real mais forte que a vontade dos homens. Teoria coercitiva formulada por Bossuet antes do Sol começar a crestar a vegetação semeada por Henrique IV. A "grandeza" de Luiz XIV foi ter representado bem o papel de monarca de direito divino. Bem, digo, teatralmente bem. Não se pode entender seu reinado a não ser como maturação dessa concepção da monarquia. Frutação de outono. Teve a sorte de ser portador de uma concepção sazoadada que era uma couraça. No mecanismo de seu livro Louis André esqueceu-se de explicar por que Luiz XIV pode fazer e desfazer sem embaraços. E por que os povos não são ouvidos nem cheirados.

No livro, *Luiz XIV — árbitro da Europa* é um dado a priori. Um axioma histórico. Parece que Luiz XIV por sua própria vontade se faz árbitro da Europa, como se todo o Ocidente fôsse apenas

um prolongamento da França disciplinada. Como se não houvesse outras vontades. Árbitro como o seria se vivesse no século XX, ou como um imperador romano. Como se um príncipe embonecado pudesse decidir destinos, se a vontade dos destinados não o tolerasse com suas rendas e vaidades. E com caprichos consentidos porque vinham de quem detinha o direito divino de os ter, Foi a crença nesse direito divino o combustível que queimou em seus empreendimentos. Direito divino recebido pelo umbigo. E nos outros troncos da Europa vicejavam outros tantos "Luizesquatorzesinhos" nutridos pela mesma seiva ideológica. Eis por que, motivos pessoais dos monarcas podiam ser razões para guerras entre nações. Passando pela idéia de que o estado era propriedade do soberano e sua família. E fazia um todo com eles.

"L'État c'est moi". Frase infernal a reclamar uma compreensão. Henri Berr a oferece. Não há de ser tomada no sentido individualista do grão-senhor que dispõe da nação a seu bel-prazer, mas como uma identificação entre o reino e o rei. Dinastia e povo, uma unidade só (6). Ao analisar, através de seus escritos, o pensamento político de Luiz XIV, é preciso não esquecer que as idéias do rei eram as idéias, e mais ainda, os sentimentos dos súditos em relação ao trono. Afirmar como faz Louis André que Luiz XIV realizou as suas idéias não é tudo, quando, em verdade, êle tirou essas idéias da realidade que o cercava. Idéias da França as que teve Luiz XIV que nada tinha de revolucionário e inovador. Idéias? Melhor dizer crenças, isto é, idéias com raízes afetivas.

A incultura política daqueles tempos geralmente é esquecida. Não se pode argumentar a aceitação da teoria do direito divino pelo povo como se se tratasse de eleitores de hoje bombardeados pela propaganda falada e escrita. Nenhuma alternativa de escolha para uma aceitação crítica. Apenas uma domesticação pela tradição. O povo acreditava na missão dos reis. Aplaudia-o porque era o rei. Amava-o porque era o rei. Obedecia-o porque era o rei. Morria nas guerras porque eram guerras do rei. Era êle quem sabia, quem decidia. Sem maiores responsabilidades. O povo alienara-se no rei. Mesmo que fôsse uma criança ou um débil mental. Sempre era o rei. Na Fronda, atesta Lavissee, o povo se espraiava contra Mazarino, mas gritando: "Vive le roi, tout seul!" Por que o rei era bom e o ministro ruim? Nada disso. O rei era uma criança, mas essa criança era o rei. O eterno rei. O escrínio de uma crença. E o ministro? Esse podia mudar a um gesto dêle, mesmo que fôsse um pai da pátria.

Luiz XIV era apenas um depositário: herdara um trono ao qual se abandonava a nação francesa. Não sendo um teorista político cujas idéias tenham aberto caminho para o poder, expor apenas suas

(6). — De Luiz XIV: "Quand on a l'État en vue, on travaille pour soi; le bien de l'un fait la glorie de l'autre". Mas nos "Soupirs de la France Esclave" lia-se "La grandeur d'un Prince fait toujours la misère de ses sujets".

concepções políticas, como o faz Louis André, é supor que seu governo tenha sido a frutificação de idéias suas. Além disso, é admitir que ele tenha dirigido seu país apenas com a inteligência. E o resto de Luiz XIV? Esse resto que faz o homem?

Luís André anota a influência da Fronde e de Mazarino sobre o soberano. Observação justa. O importante porém não é simplesmente a Fronde como inspiração do ódio votado à nobreza de Condé que lhe fez medo. Importante é que isso tenha acontecido na infância. São duradouras as impressões incisivas da infância. Ensino definitivo de Freud. Principalmente aquelas que se precipitam em complexos. Certo, Mazarino não foi detestado pelo rei como pretende a tradição. Foi ouvido e talvez amado, e isso por ter figurado como refúgio protetor em momentos dramáticos. Suas idéias foram perfiçadas com afêrrô porque vinham de um amigo. Amigo fichado no subconsciente (7). A propósito da enorme influência de Mazarino, não apenas no pensamento mas também no caráter de Luiz XIV, lembrar que era um homem transplantado: cardeal sem ser padre, eclesiástico fora da Igreja, italiano fora da Itália, filho de mordomo de príncipe vivendo como príncipe e acalentando alianças dinásticas para a família. Que terrível pressão num sentido de afirmação de direitos a uma posição ameaçada havia de exercer sobre o ânimo de um príncipe amedrontado!

A política externa de Luiz XIV é Luiz XIV. Seu longo, cansativamente longo reinado é o viveu na preocupação de ser rei. Tem razão Louis André: gostava de seu ofício (pg. 19). Queria ser rei, rei a cada instante. Obsessão de mando. O temperamento paranóide bloqueou qualquer dúvida sobre a legitimidade de seu poder. Aliás, naquele tempo, ninguém o duvidaria. O absolutismo no fastígio era dócilmente aceito pelas consciências. Nem conflitos de autoridade alarmavam a placidez das convicções. Por motivos religiosos ou fiscais algumas insurreições provinciais se acenderam. Cevennes, Bourbonnais, Berry, Bretanha. Mas vinham morrer ao pé do trono. No Bourbonnais quando, em 1662, o povo reclamou contra o fiscalismo oficial, o rei exagerou-o ainda para "faire connaître qu'il en avait le pouvoir et le droit" (8). Enraizada a sua autoridade. Em 1675, na Bretanha aterrada pelas mesmas malvadas tropas do Palatinado, os habitantes rebelados ainda gritavam: "Vive le roi, sans édits!" Face ao despotismo glorioso, o povo rezingava, mas obedecia sempre.

Luiz XIV deliberou ser efetivamente rei. Um grande rei. Não por vocação ingênita, mas por esforço de vontade. Foi-o deliberadamente. Tudo no reinado parece estudado, construído, sem espontaneidade. Versalhes é a encenação de um orgulho enorme: o

(7). — Em 1658, em Calais, quase à morte, sussurrava o Príncipe ao Cardeal: "Vous êtes homme de résolution et le meilleur ami que j'ai..." "Entre eles existe uma simpatia oculta", escrevia o embaixador de Veneza.

(8). — Rambaud, A. — *Hist. de la Civilisation Française*, II, pg. 93.

palácio do rei superior a todos. Dentro dêle, um rei superlativamente rei.

A premissa dêsse reinado arquitetado: Luiz XIV quis ser rei e um grande rei. Rei auto-suficiente, sôzinho no trono, sem comparsas. Rei-Sol: Sol é um só. Um sistema de recrutamento e aniquilamento dos auxiliares, ministros ou generais, preservava sua translação para o Apex. “Le roi gouverne son royaume tout seul, il conduit ses armées, il travaille prodigieusement”, testemunhava em 1692 Mme de Maintenon (pag. 245). Apegado ao exercício efetivo da função régia, sem delegações. Amor ao trabalho? Ciúme exclusivista do poder que não queria compartilhar com ninguém.

L. André procura grifar sua paixão pela glória. E’ certo. Não a mostra porém como decorrência do amor pelo trono. O programa: ser grande rei. A grandeza êle a concebeu espetacular: a glória. Que entenderia por glória? Dentro da palavra cabe muita coisa: desde a santidade até o crime. Talvez fôsse para êle a ilimitação do poder. Seu alargamento incessante. No plano internacional, o engrandecimento territorial do patrimônio dinástico.

Egocêntrico êsse amor à glória. A nação passa a ser instrumento e não um fim em si mesma. Não se busca a grandeza da França, mas a grandeza da França como meio de realização da grandeza do rei. Essa paixão pela glória não era paixão, era antes uma deliberação. Luiz XIV foi uma vontade no trono. Vontade pertinaz, sem sínopes, usando o poder como instrumento e fim. Paradoxo: essa vontade obstinada tolheu toda a espontaneidade. Ao próprio rei e à nação. Com sua grandiosidade, a arte protegida testemunha a atmosfera. E’ planificada e encomendada. Atualização do classicismo para encenar a grandeza. Com exceções, é claro: Corneille porque é anterior à “grandeza”, e Molière porque é Molière. Tudo o mais tresandando à harmonia convencional da glória sob encomenda. Dentro dessas dimensões sem elasticidade, compreende-se que Descartes haveria de sufocar.

Grande rei sob medida. *Decor* semi-religioso da realeza cesarista. Daí o brilho da corte. A proteção às letras e artes. O monumentalismo dos empreendimentos. A cortezania oficial a frutificar mercês. O grande e luzidic exército. As susceptibilidades da diplomacia exibicionista e complicada. Daí a política de prestígio.

A vontade de ser grande rei nutriu no rei o senso da majestade. Um rei não chora: para ser “grande” na dor não lamentava publicamente a morte dos entes queridos, abreviando lutos. Auto-domínio, pois era um chorão. “Grande” na derrota: ante os desastres de Ramillies e Malplaquet continuavam as festas em Versalhes. Um rei decente deve ostentar uns amores indecentes (9): tratava de ser “grande” no amor, usando umas fidalgas oferecidas sem se apegar

(9). — Depõe um historiador que na mocidade, durante o romance com Maria Mancini, Luiz XIV teria tropeçado com esta frase de Potier de Morais: “Un Prince accompli de perfections doit être amoureux et aimé”.

a elas. Faltava-lhe aquecibilidade. E escrevia essa monstruosidade afetiva: "en abandonnant notre coeur, il faut demeurer maître absolu de notre esprit; que nous séparions les tendresses d'amant d'avec les résolutions de souverain..." Vontade. Ou desamor? E recomendava aos conselheiros adverti-lo se notassem que alguma mulher o dirigia: em 24 horas livrar-se-ia dela! Equilíbrio? Não. Deliberação de rei que em vez de ser homem às vêzes, é sempre rei. L. Bertrand acha admirável essa fobia de ser mandado por mulher. Mas isso é de um coração seco como pé de milho na colheita. Afinal, seja amante de suas amantes ou não as tenha. O contrário é a desonestidade da infidelidade. Se até a rainha fôra instrumento de arranjos políticos, teria Luiz XIV amado alguém a não ser o rei que êle era? Como seus vassalos, êle também cultuava o rei. E também pagava o preço da etiqueta opressiva que impunha a si mesmo como auto-tirania.

E' irritante o equilíbrio raciocinado de Luiz XIV. Falta-lhe instintividade e integração. Ausência de abandôno. E de tensão. Nem verdadeiros ódios, nem abnegações. Apenas punições e recompensas. Sempre rei. Insuportavelmente impecável. Sem os ímpetos e bruteses de Henrique IV. Nem o mesmo gôsto pela ação. Constantemente caçava: o exercício era útil à saúde. E' burocrático. Um sáurio régio no trono. Prefere Colbert a Fouquet: o pisceo M. Le Nord ao tropical e faustoso anfitrião de Vaux. Coincidência térmica: Colbert gelava os requerentes, e Luiz XIV desconcertava a quem não estivesse acostumado. Um temperamento assim havia de preparar com seu reinado a receptividade ao racionalismo do século XVIII. Uma época de razões sensibilizando as consciências para a era da razão. O calculismo de Luiz XIV impregnou o seu tempo: a lógica do bom senso estancando a lógica dos sentimentos. De um homem que não sabia rir.

H. Berr procura mostrar Luiz XIV pensando com enternecedor paternalismo no povo. "Devemos ser o pai comum de tôdas as condições" (pg. XIV-XV). Frase ou sentimento? Na velhice o diabo que se fêz monge apontava os males da guerra para os povos. Para Luiz XV êste conselho: "Souvenez vous, mon fils, que la plus éclatante victoire coûte toujours trop cher, quand il faut la payer du sang de ses sujets." Comvente. Lição aproveitada: talvez para fazer bom negócio, Luiz XV preferiu pagar com o sangue dos súditos as derrotas. Sinceridade na velhice: aos 70 anos, não é difícil declamar contra o pecado.

Luiz XIV não deu ternura ao povo. Recebeu-a. Paternalismo era o do povo pelo rei que conheceu ainda menino, acossado. Resíduo na afetividade popular. Também não desestimou o povo: persistia a impressão da infância, quando o povo o amava com arrebatamento. Não admira; Luiz XV que era Luiz XV não foi apelidado o "Bien-Aimé"? O povo para Luiz XIV não era o povo em qualquer parte do mundo: era o seu povo. A campanha do Palatinado mede



essa ternura de *apache* pelos povos. Os bretões sentiram-na também. Na correspondência diplomática com seus agentes em Portugal, era com repugnância que advertia a influência que aí exercia a opinião popular sobre as decisões dos príncipes. E, para agradá-lo, seus prepostos ecoavam o mesmo espanto. Do embaixador d'Aubeville em 1672 "...et par malheur pour cet État, la voix du peuple est ici fort écoutée." Um rei que vê no povo apenas o suporte de sua própria grandeza não faz cerimônias para empreender guerras. Guerras preparadas com uma antecedência de longa premeditação que revela uma índole glacial e determinada. E pazes surdas a qualquer anseio popular. Não basta narrar guerras com *intermezzos* de pazes, como o faz Louis André, mas é preciso romper a crosta dos fatos em busca de um sentido mais profundo.

A "grandeza" de Luiz XIV precisa ser prevista num clima livre da influência dos áulicos da época dos Bourbons. Mesmo a grandeza da França de Luiz XIV. Sinceramente, é muito maior a França de Danton e Robespierre que não trabalhava pela glória de um rei. Nem mesmo pela hegemonia européia. Pelo contrário, exauria-se para aluir os tronos e construir outro mundo em que os povos se fizessem ouvir. Ambas serviam idéias: numa, a crença induzia à renúncia, noutra, à rebelião que sobressaltava príncipes e alentava multidões.

Século de Luiz XIV. As proporções de Luiz XIV no século XVII crescem por contraste. Mediócrés em geral os príncipes europeus contemporâneos por mais de uma geração. Os Felipes da Espanha ou o pobre Carlos II. O outro Carlos II, o da Inglaterra. Leopoldo I da Áustria. Mesmo D. João IV de Portugal ou Vitor Amadeu II de Savóia. Uma equipe bem anêmica. Única exceção: Guilherme de Orange. Esse que também brunia planos de glória obrigou Luiz XIV a modificar os seus, como aliás o reconhece L. André (pg. 153). Adversários fracos, lutas menos árduas. E vencer sem perigo é triunfar sem glória, ensinara pouco antes Corneille.

Quando se fala no século de Luiz XIV, pode-se perguntar: da França ou da Europa? Eis um problema que um livro de História Diplomática não formula. Grande problema para um livro chamado "Luiz XIV e a Europa". Para a França inegavelmente o século foi de Luiz XIV. Muito brilho, embora de revêrberos duvidosos. Mas, que deu Luiz XIV à Europa de modo a merecer ligar seu nome ao século europeu por excelência? Guerras e mais guerras. Para a cultura européia: política, literária, artística, religiosa? Para a economia dos europeus? E para sua multívaga expansão colonial? Sonhos imperiais, sem espírito imperial moderno. Apetência anacrônica pela corôa imperial romana de Carlos Magno, denunciada por G. Zeller. Quando o mundo oceânico desprotegido oferecia-se à conquista e à colonização. Mas Luiz XIV só via a Europa e na Europa o inimigo — os Habsburgos.

As relações de Luiz XIV com a Europa teriam sido apenas diplomáticas e militares? De fato, faltou-lhe ao espírito qualquer cosmopolitismo? Lendo-se o livro de L. André é a impressão que fica. Relações exclusivamente políticas. E de política exclusivamente européia. Chega a ser estranha a ausência do econômico no livro. E, em consequência, os problemas coloniais ou mesmo simplesmente navais são exilados. Como se não tivesse existido um homem chamado Colbert ou um sistema chamado mercantilismo.

L. André concorda que Luiz XIV teve "les yeux ouverts sur toute la terre". Será? Só se toda a terra era a Europa. A miopia colonial de Luiz XIV é um grande problema. Tivesse querido e teria recortado um portentoso império colonial mercê da crise ibérica que imobilizava os recursos defensivos de Portugal e da Espanha. O que perceberam os ingleses e os holandeses. O que não percebeu Luiz XIV. Suas vitórias marítimas eram inconseqüentes. Nem mesmo ao Mediterrâneo desamparado era sensível. Mostra-o Louis André (pg. 170-1). Na época da Liga de Augsburgo, graças a Colbert e a Seignelay sua frota era magnífica (pg. 249). Que vantagens auferiu dessa superioridade naval? Frota, instrumento de prestígio. Guerra naval dirigida à distância que dava às vezes em resultado desastres como o que sofreu Trouville em 1692 para obedecer ordens (pg. 257), precursor de Trafalgar.

Louis André menospreza os problemas coloniais. Não seriam europeus? Ou não seriam de Luiz XIV? Nem uma cousa nem outra. Eles estão presentes nas relações de Luiz XIV com a Europa. O cenário extra-europeu não significa que as rivalidades não sejam européias. No Oriente, luta contra a Holanda, na América, contra a Inglaterra, nas Antilhas, contra a Espanha, no Brasil, contra Portugal (Duclerc e Duguay-Trouin), no Atlântico e Índico, contra toda a concorrência. Era preciso desvelar o panorama completo. Nem tudo é briga entre o Bourbon e os Habsburgos pela hegemonia continental simplesmente. Essa era a visão dinástica de Luiz XIV. Não pode ser a do historiador.

Verdade que a política colonial era de Colbert e não de Luiz XIV. Nada porém se fazia sem a aquiescência do rei. Foi o ministro quem, entre 1661 e 1683, à procura de produtos tropicais — especiarias e açúcar principalmente —, intentou construir um império colonial: Índia, Antilhas, Luisiânia, Canadá, etc. Mas não é menos verdade que seu esforço foi aniquilado pela política européia do rei que o desfalcou de recursos financeiros fazendo fracassarem as companhias de comércio, e de recursos demográficos, ao se deixar inspirar pelos jesuítas que impediram a canalização de milhares de huguenotes para o povoamento do Canadá. Fruto da política coercitiva, as coações, por ocasião da organização das companhias, impopularizaram a causa colonial. A atonia colonial de Luiz XIV permitiu à Inglaterra e à Holanda apoiarem-se no mar para enfrentarem o continente.

E a guerra econômica? Estranha omissão de Louis André (10). Ela aparece nas grandes guerras de Luiz XIV: Guerra da Holanda, Liga de Augsburgo, Guerra de Sucessão da Espanha. Conforme J. N. Clark (11), o próprio rei percebeu que o que se disputava era afinal o comércio da América Espanhola. Por que extrair dos tratados apenas as disposições territoriais e políticas? E as de caráter econômico e colonial? Como por exemplo, os progressos da cláusula de nação mais favorecida estudados por Joseph Koubischer na *Revista de História Moderna* (1931). E o enorme conflito entre os monopólios metropolitanos e os reclamos de liberdade de comércio pelas nações atlânticas — o *Mare Liberum* de Grotius? E os reflexos em Nimegue ou Ryswick do duelo de tarifas alfandegárias? E os tratados de comércio, porventura não são relações entre Luiz XIV e a Europa? Floração mercantilista. Com as Cidades Hanseáticas (1665), com a Moscúvia (1708), com Portugal (1713), com os Países-Baixos Austríacos (1714), com a Inglaterra em Utrecht (1713) (12)? Estudar o político sem uma vigorosa irrigação econômica, como o faz Louis André, evidentemente é mutilar a realidade e expor-se a não explicar. Nem tudo é avidez territorial de Luiz XIV traduzida em pendências dinásticas.

Perigosa essa perspectiva que mostra a Europa apenas em torno de Luiz XIV. Se se escravessa a história em torno de Guilherme de Orange? Inegável: a hegemonia político-militar e o primado cultural da França. Mas a supremacia econômica? Era holandesa. E se se tomasse por epicentro a decrepitude espanhola? A sua custa se processou a redistribuição das forças. Mudar de ângulo alarga a visão. Além disso, na Europa do século XVII nem tudo é Luiz XIV. Rembrandt ou Ruysdael nada devem a êle. Igualmente Grotius, Spinoza, Leibnitz. Nem Newton, nem Locke. E o "Século de Ouro" espanhol? Bruxoleio de decadência, mas luminosidade ofuscante. Sem precisar de grandes mecenas coroados. Pelo contrário: uma seqüência de pobres diabos de queixo comprido chamados Felipe III, Felipe IV e Carlos II. Reis sem propaganda, com megalomanias inofensivas. E com favoritas mais ou menos vulgares.

Mesmo que pensemos na França do neo-classicismo. De Racine, de Molière, de Boileau, de La Fontaine, de Coysvoix. Essa eclosão seria de fato obra de Luiz XIV? Criou êle a atmosfera propícia: de prosperidade, de paz, de liberdade de iniciativa e de estímulo ao pensamento? Le Brun lembra sempre a tirania da arte

(10). — É autor de uma pequena história econômica de que conhecemos apenas a tradução castelhana: *Historia economica desde los descubrimientos hasta nuestros dias*. Trad. José Ferrel. México. 1940.

(11). — *The dutch alliance and the war against french trade (1688-1697)* Manchester. 1923, apud H. Sée — *Hist. Economique de la France*. Paris. 1948. pg. 236.

(12). — V. art. de Sagnac sobre o comércio entre Ryswick e Utrecht na *Revue Historique*. 1940; sobre o comércio na época da Guerra de Sucessão da Espanha, o art. de H. Sée na *Rev. d'hist. du droit français et étranger*, 1926.

dirigida. Versalhes é um estrangulamento da espontaneidade. A crédito do rei: o financiamento da arte — capítulo de sua glória, e o interesse elegante — exemplo a proliferar imitadores. Mas, para mim, Luiz XIV há de ser sempre o perseguidor das cinzas de Descartes. Talvez sua filosofia não fôsse “ad usum delphini”. A monarquia monumental não é clima do pensamento independente. O duradouro da civilização do século XVII não vem do Rei-Sol. De Descartes e Hugo Grotius é o século. O “Discurso sôbre o Método” (1637) é maior aquisição histórica que a paz de Ryswick.

Louis André insiste ainda na justificação do imperialismo de Luiz XIV. Vítima da sedução que sôbre os historiadores exerce a Grande Política. Não propõe a rigor a tese de Sorel da busca de fronteiras naturais, mas é como se o fizesse, pois pensa em fronteiras estratégicas. Como se para a voracidade das ambições de Luiz XIV bastassem simplesmente novas fronteiras. Hegemonia continental, novo império de Carlos Magno, “E’ indispensável que o rei da França deseje obter vantagens territoriais, sobretudo ao norte e a nordeste, para proteger o reino contra uma invasão vinda de fora.” (pg. 157). Atingido êsse objetivo, volta-se para a paz e moderação. E mais adiante, a propósito das anexações: “Luiz XIV não se deixou levar unicamente pelo desejo de glória, mas pela vontade de por seu reino ao abrigo de um ataque” (pg. 196). Eis os fins da política imperialista vistos por L. André.

Defender a França contra quem? A conquista da região lieguesa: contra a Holanda? Mas a Holanda não ameaça o continente, nem pretende bater a cabeça contra a parede: seus horizontes são oceânicos. A expansão renana — a *Rheingelüste*: contra os alemães? Pobre e heterogêneo amálgama de príncipes oscilantes cuja quietação podia ser subvencionada. A invasão do Piemonte — Casal e Pignerol: contra quem? O indócil e volúvel Duque de Savóia? O Papa? Contra a Áustria, dir-se-á. Mas, que Áustria? A que foi abatida por Richelieu e que vivia, pelo menos até 1683, em pânico por causa dos turcos? A luta pela liquidação da hegemonia dos Habsburgos pode ser considerada encerrada com a derrota do Imperador e do rei da Espanha nas pazes de Vestfália e Pirineus (pg. 47). De acôrdo, embora Luiz XIV considerasse Pirineus apenas uma trégua. Tarefa rematada por Richelieu e Mazarino. Mas não somente dêles, diga-se de passagem. Foi uma conspiração pan-européia que fraccionou aquêlo poderio. A luta no Atlântico e nas colônias — Inglaterra, Holanda, Portugal — teve um papel decisivo. E também os turcos, geralmente esquecidos, os únicos que tentaram pegar “o boi pelos chifres.”

E’ insustentável a justificação da agressividade de Luiz XIV como política de cobertura estratégica. A simples psicologia do rei a desmente. As “razões” de Luiz XIV no seu Manifesto de 24 de setembro de 1688, não são as do historiador: ocupação de praças por onde o inimigo poderia atacá-lo (pg. 240). Porventura foi

para proteger a França que invadiu a Holanda, que provocou a Guerra de Devolução e que empreendeu a conquista da Espanha? Afinal, a Península Ibérica é demasiado grande para servir de *glacis*. Só se a ameaça era de uma reedição de invasão muçulmana vinda da África. Nada de fronteiras naturais em Luiz XIV. Nem da discreção, a um tempo comedida e enérgica, de Richelieu na sua política internacional. Como aliás o nota o próprio A. (pg. 48).

Luiz XIV era um ambicioso que se comprazia em banhos de glórias retumbantes. Queria usar o poder para fazê-lo crescer. Como o capitalista insaciável que usa o dinheiro para fazer mais dinheiro. As guerras napoleônicas decorreram umas das outras, como uma cadeia de reações em série. A partir das guerras revolucionárias, as circunstâncias arrastavam Napoleão. As guerras de Luiz XIV, porém, são calculadas, deliberadas, provocadas. Salvo a guerra da Holanda, animada pelos propósitos econômicos de Colbert, as demais arquiteta-as a cupidez dinástica. Ou são os miúdos que se unem para se defenderem. Mesmo na Guerra da Holanda inserem-se razões pessoais: vaidade arranhada e oposições ideológicas, religiosas ou políticas. No fundo: “Vastes desseins de Sa Majesté”, “accroissement de sa puissance laquelle doit être désormais plus redoutable a tous les autres États que ne l’a jamais été celle de la Maison d’Autriche dans sa plus grande force et union”. Palavras de Lionne, espelho do pensamento régio. Luiz XIV inventou as suas guerras. Pela vaidade do sucesso. Exibicionismo de potencialidade. A Condé, depois da deglutição dos ducados de Lorena e Bar: “Acabo de dar um golpe de grande felicidade e de grande importância, que vai provocar bastante rumor e espanto no mundo ...” (pg. 80).

Sentia-se centro das atenções mundiais e correspondia às expectativas. Ao morrer o sogro Felipe IV, à vista de um herdeiro valetudinário, escrevia a Turenne: “Je roule dans ma tête des projets...”

Grande problema: as origens das guerras. L. André opina sem discutir. Necessária a definição prévia dos móveis e objetivos para orientação da narrativa. Contradiz-se ao afirmar (pg. 18) que Luiz XIV, insatisfeito com seu patrimônio, movido pelo orgulho e desejo de glórias militares e conquistas, procurava acrescê-lo à custa dos Habsburgos. Se era assim, afinal, onde entrava a preocupação defensiva com que justifica o belicismo crônico do Bourbon?

Para Sorel, Luiz XIV fiel ao sistema clássico que visava o delineamento das fronteiras naturais, apenas, ao abandonar a moderação dos antecessores, desnaturalizou o sistema. Dupuis vê a responsabilidade de outro lado: a Europa em reação para manter o equilíbrio europeu deslocado a favor da França. Para Picavet, o objetivo constante era a absorção da herança espanhola, ritmada pelas

circunstâncias favoráveis ou desfavoráveis (13). L. André acredita na preocupação de cobertura estratégica, portanto na sinceridade dos argumentos diplomáticos do próprio rei.

Luiz XIV era um ambicioso disponível para a glória. À espreita das oportunidades. Teve planos? Não o responde L. André. Seus planos eram de curto raio de ação, mas planos de alargamento da França na Europa à custa dos vizinhos, onde houvesse brecha. Fome permanente: o cardápio à mercê das circunstâncias. O temor de cerco pelos Habsburgos também existe. O direito de conquista porém era o grande direito, embora sua chancelaria o travestisse com terminologia mais discreta e honesta: direito de devolução, guerra justa, etc.

Governa-o a paixão de grandeza. Egoística e exibicionista (14). Precisava de braços para executar os desígnios, mas não queria partilhar a glória. Mesmo sem sair do seu gabinete, era o general das batalhas. Depoimentos de Saint-Simon. Queixas de Turenne. Intromissões de Louvois (pg. 154-55). 1666: entusiasmo de adolescente em reiteradas revistas militares para exibir à corte, particularmente às damas enlevadas, seus belos soldados e oficiais (pg. 102-103). Vaidade: o melhor exército da Europa. O povo, papai rico, financiava as extravagâncias do filho purpurado.

Política externa de magnificência: afirmação de autoridade em consolidação permanente. Prestígio a proliferar incidentes de feminina vaidade. As precedências, por exemplo. D'Estrades em Londres contra o embaixador espanhol. Resultado: expulso de Paris o representante de Felipe IV e recuo de Madri no ano seguinte. Em 1662, o incidente de Créqui com a guarda corsa de Alexandre VII. Resultado: ocupação de Avinhão e avanço sobre a Itália, vindo o cardeal Chigi pedir perdão. Em Fontainebleau, Luiz XIV rosnava como um gato persa bem alimentado. Incidentes esses que valem mais como sintomas do que como fatos importantes.

L. André perpassa as guerras nos seus meândros com conhecimentos precisos. Mas sem familiaridade. Porque não pensa nelas. Ou melhor: não as sente. A guerra do século XVII é quase nada heroica. É uma guerra parada: cercos e fortificações. Batalhas raras. Espetaculares são as vitórias das chancelarias. Guerras, argumentos. Destinam-se a desgastar a paciência do adversário e forçá-lo a tratar. Guerra de "bluff". Mesmo combatendo, ganhando ou perdendo recontros, Luiz XIV está sempre negociando. Pacifismo, dirão. Em absoluto: apenas tática diplomática do tempo. Não são os generais que decidem: são os reis. A guerra era bonita, elegante, raramente mortífera e às vezes divertida. Servia à diplomacia. A diplomacia dava aos reis o alargamento territorial. E o alargamento territorial fazia a glória. Não se pode

(13). — Picavet. *Op. cit.*, pg. 176 e segs.

(14). — Fénelon: "Vous n'aimez que votre gloire et votre commodité".

valorizar essa guerra pouco marcial. Importantes, as negociações e os tratados resultantes. Havia grandes vitórias sem luta militar: as anexações de tempo de paz. Guerras longas: muito dinheiro gasto e muito sofrimento para as populações pilhadas por gregos e troianos. Sofriam menos os exércitos. Os oficiais em carruagens tinham lazeres para bons divertimentos. Nas bagagens podiam levar as amantes. Ou recebiam visitas elegantes, nada temerárias.

Há um outro *front* ao qual L. André não atribui a devida importância (pg. 44-55): a guerra de propaganda, através de panfletos, de polémicas, de argumentos entre “honnêtes hommes” que dão valor às razões. Torneio entre inteligências subvencionadas, ainda não suficientemente bem estudado. Fenômeno europeu, precursor das guerras radiofônicas contemporâneas. Às vezes devastadora. O papel do barão de Lisola na formação da opinião anti-francesa na Alemanha foi enorme e suas conseqüências se prolongaram duradouramente. Os escribas régios eram outros generais numa Europa onde a opinião pública (da elite alfabetizada, entenda-se) começava a se definir.

Qual a incidência da opinião pública nos acontecimentos europeus? Na França e fora da França? L. André omite êsse elemento como se não afetasse as decisões. Sabemos que ela não decide, mas exerce pressão nas decisões. Na França, a censura observava os comentários. Mesmo em Versalhes a discreção estava na ordem do dia: os privilegiados não queriam desagradar ao rei. A massa contentava-se em desejar a paz cada vez que havia uma guerra. Ausência de Imprensa livre: quando, em 1676, o poeta Colletet pensou nisso, apenas tirou o primeiro número porque Reynie vigiava pela observância da vontade régia. Umhas poucas publicações insípidas não diziam nada. Assuntos políticos não eram para os leigos. Todavia há que pensar nos novelistas indiscretos. E há que pensar nos que escreviam no exílio: Pierre Bayle, Jean Le Clerc, Jean Trenchin. Do exterior os “*Soupirs de la France Esclave*”. Mesmo dentro da França algumas audácias transpuzeram os limites: o “*Detail de la France*” de Boisguellebert, as “*Remontrances*” de Fénelon, a “*Dîme Royale*” de Vauban, o “*Examen de Conscience*” de Beauvillier.

Fora da França entretanto, a opinião pública podia se manifestar. Principalmente na Holanda. Com desespero de Luiz XIV. Mau exemplo que já na época da Guerra de Sucessão da Espanha dava seus frutos. E o próprio rei já se preocupava em mobilizar a opinião que antes desprezava. E ela há de ter pesado na conclusão da paz.

O esquecimento da opinião pública, das reações coletivas à política exterior de Luiz XIV resulta de uma omissão incompreensível no livro de Louis André: a posição das diversas classes sociais em face das guerras. Os monarcas e as chancelarias decidiam tudo independentes de qualquer pressão? Na França e fora da

França? Ninguém hoje pode crer que as decisões políticas sejam meramente individuais. Certo, em geral, as classes estavam domesticadas pelo absolutismo triunfante. Mas pensemos. O governo de Luiz XIV foi o "long règne de la vile bourgeoisie" (Saint-Simon). Burgueses, nobilitados ou não, compunham o governo. Ascensão impulsionada pela realeza embora. No entanto as guerras da França são de sentido essencialmente dinástico em busca de aquisições territoriais. E muitas guerras; quando a burguesia geralmente deseja a paz, ambiente para bons negócios. Em 1667, testemunhava Guy de Pontin que havia "bien des marchands malcontents tant à cause du commerce interrompu par la guerre étrangère et la pauvreté publique que par les banqueroutes arrivées" (15). Contudo a burguesia não consegue (através de Colbert?) forçar a paz, buscar o domínio marítimo em decadência, sobretudo depois da morte precoce de Seignelay, impulsionar a expansão colonial e a resistência à Holanda e à Inglaterra, mesmo com sacrifício de algumas fortalezas continentais abandonadas aos Habsburgos. A burguesia era poderosa na Holanda, na Inglaterra, em Portugal. Na França encolhia-se silenciosa. Como explicar essa abstinência? Talvez seus delegados junto ao trono, travestidos de nobreza para sintonizarem com a monumentalidade dinástica fraquejassem. O aulicismo impedia que se erigisse o pundonor dos "honnêtes hommes" da administração para a defesa do interesse da classe que traíam. Tal a força da heliopatia "luizquatorzeana". Eis um grande problema: a burguesia serviu ao trono, e o trono terá servido à burguesia? Qual o significado histórico das lutas de Luiz XIV contra a poderosa burguesia holandesa?

Há uma obra a se escrever: "Luiz XIV e a Europa", com a seguinte epígrafe: Contribuição de Luiz XIV para o pensamento europeu. Afinal o Sol não deu calor apenas às guerras e à diplomacia. Embora pouco europeu no pensamento, sua preocupação de prestígio espiritual no interior do país havia de procurar correlação no exterior. Um mecenato nacional, um mecenato continental. Este não há de ter sido apenas uma questão de contabilidade das folhas de pensões distribuídas por Colbert. Nem também apenas o régio presente dos huguenotes escapos às perseguições da Revogação. Certo poderia ter sido até mais fecundo que na própria França porque, além das fronteiras faltavam meios de coação do pensamento livrando-o do servilismo palaciano. Porque tinha razão Molière ao escrever a Colbert: "Qui se donne à la cour se dérobe à son art."

Eis um capítulo da política de magnificência à espera de Historiografia. Na França, as folhas de pensões sob o arbítrio duvidoso de Chapelain financiaram também valores reais. Contanto que fôssem fiéis ao clima absolutista. Descartes pensionista de

(15). — Apud Picavet, Op. cit., pg. 314.



Mazarino precisou sair a respirar os ares frios da Escandinávia. Mezeray por pensar que podia pensar livremente perdeu a metade de sua subvenção.

Houve também estrangeiros contemplados: Boeklerus, Gevaertius, Hensius, Vorsius, Ferrari, Grazziani, Cassini, Viviani, Hevelius, Roemer e até Huyghens. Os astrônomos mereciam particular simpatia: para estudarem melhor o Sol. O huguenote Papin entretanto teve de expatriar-se. Nicolau Lémery andou pensando uns tempos na Inglaterra. O próprio Huyghens retornou às liberdades da pátria. Geralmente subvencionam-se cientistas e não filósofos ou literatos. Por que? Talvez porque, salvo o protestantismo, não se imiscuiam nos princípios da realeza onipotente.

Qual a importância dessa proteção para o pensamento europeu? Sorte da Europa escapar à academização oficializadora que atrelava o pensamento às conveniências do regime multiplicando os cenáculos de aulicismos verbais ou plásticos. A Academia no Louvre: grande iniciativa protetora de Luiz XIV! Domesticação e vigilância das fidelidades. O estado não se contentava em proporcionar os meios de transporte: queria também impor os itinerários. Pensemos ainda na tirania de Le Brun. Nas impertinências de Boileau. Sincero o interesse de Luiz XIV pelas coisas do espírito ou simples herança do meridional Mazarino? Identificação ou esnobismo? Amor à cultura ou à glória do trono? De Colbert: S. M. protege os que pensam para que possam "servir à eterniser ses grandes et glorieuses actions". Não importa. O resultado é que contra positivamente os homens de pensamento foram ajudados. Eram pagos embora as pensões os vacinassem contra quaisquer coceiras oposicionistas. Alguns nobilitados: Lulli, Le Nôtre, Mansart, Le Brun. Ajudou-os Luiz XIV? Ou cortou-lhes as azas frustrando vôos mais altos? Arte é luxo e o luxo há de ser subvencionado para existir. Um crédito do Rei-Sol que a história dificilmente lhe poderá contestar.

Mas, a geração formada sob Luiz XIV? No começo havia rebeldes: Descartes, Pascal, Corneille. Depois veem os ornamentos do esplendor: Boileau, La Fontaine, Racine. Ou os moralistas discretos: Bossuet, La Bruyère, La Rochefoucault. Depois as consciências alarmadas: Fénelon, Saint Pierre, Boisguellebert. Afinal a geração crescida no reinado — inflação de mediocridades: Crébillon, Reynard, Daucourt, Lesage. Salvo êste, podem ser comparados com a geração desaparecida no fim do século? O clima do academicismo, do maneirismo, das condecorações, da cômoda renúncia à liberdade de pensamento e criação crestou o viço espiritual da França absolutista. Logo a proteção da vida intelectual será confiada a um irmão da Pompadour. E os valores do pensamento francês procuraram apóio em outras côrtes ou diretamente junto ao povo a cujo serviço aparecem no século XVIII.

Até que ponto esse fenômeno é francês, até onde europeu? A filosofia e a ciência que ganharam de Luiz XIV? A arte holandesa ou italiana contemporâneas? Leibnitz ou Spinoza? E o pensamento religioso? A vida espiritual do continente, enfim? Não encontrar esses problemas num livro da "Synthèse Historique", grande decepção.

Afinal, o "Louis XIV et l'Europe" permanecerá um livro simpático. Porque foi uma espécie de livro trágico: ao começá-lo desapareceu Georges Pagés, e ao terminá-lo, Louis André. Linhas antiquadas, mas seriedade e inteligência.

Faltou-lhe integração no clima da época através da compreensão de um historiador. Isolado apenas o político, destrói-se a harmonia com a paisagem total. Parece aflorar verdadeiro temor em face de econômico e do social. Expressa nos aspectos psicológicos e culturais. Influência pessoal do próprio Luiz XIV?

Há em Luiz XIV uma saturação de orgulho. "Orgulho faraônico", definiu Lavisse. Orgulho contundente de alguém possuído pela consciência de estirpe e pelo temor de ser dirigido. Orgulho porém que se objetiva num verdadeiro estoicismo de vontade. De quem quis ser o que era. Quis ser rei a ponto de se desumanizar para o ser. Para ser o mais rei da Europa.

Fala-se no seu amor à glória. Mais justo dizer-se: obrigação de glória. Quando a glória era um dever. Herdando uma autoridade contestada, mazarinizada, precisou exibir realeza. Depois o que era demonstração tornou-se sistema. A etiqueta, por exemplo: série de deliberações para defesa do respeito à autoridade tornadas habituais.

Dessas disposições psíquicas resultou uma política inquieta e agressiva. E fria, sem sofreguidões de paixão. O marcante é o que resulta do temperamento em ação: o uso constante da razão, da inteligência. Quando subordina a força dos exércitos às hábeis manipulações de sua chancelaria. Essa frialdade é o mérito e o defeito de Luiz XIV. Seus erros são graves porque premeditados. Seus acertos, meritórios porque implicam responsabilidade total, quando nada ficou ao acaso. E' o prejuízo dos homens de vontade: tudo custa esforço, nada se deve à sorte.

A diplomacia construtiva de Luiz XIV que alargou horizontalmente o país sacrificou a França em profundidade. O econômico resvalou para plano secundário: só teve a importância que lhe deu Colbert enquanto viveu. Depois de 1683, a ruína já iniciada anteriormente com as guerras precipitou-se. Elas davam terras e súditos, mas riquezas não. Triste a herança da Regência. Sacrifícios inúteis: a sonhada hegemonia continental não ficou no inventário. No resíduo de 1715 o que brilhava era — o equilíbrio europeu.

Impressiona ainda mais, no anverso do Grande Século, a insensibilidade de Luiz XIV para o social. Flor artificial da estufa

palaciana nunca sentiu direito a grande floresta. As classes sociais não funcionam no mecanismo de sua política. Nada procura fazer pelo progresso social dos povos. Nesse sentido seu apetite de glória é desumano. Exgota implacavelmente o povo e faz emergir o desamor ao trono. A monarquia, caçando prestígio na Europa, perdeu-o na afeição da França. Os próprios amigos do rei o denunciavam: Vauban, Bossuet, Fénelon, Mme. Maintenon. A França, "grande hospital desolado e sem provisões" (Fénelon). "Esgotada por suas vitórias", confessou Voltaire. O monumental custa dinheiro. E o dinheiro quem dava era o povo a custa de seu bem estar. Resultado: beneficiou-se territorialmente a França com o reinado de Luiz XIV, mas os franceses sofreram demais. Vale mais a glória do rei ou a felicidade dos pobres?

Comprometeu-se o futuro. Sem seus grandes ministros, sobretudo sem Colbert, desorientou-se o rei que não queria ser governado por ninguém. Não conseguiu renovar pela segunda vez sua equipe. Negativa a geração que criou. Fim cinzento.

Terrível o teste da história apresentando as conseqüências de um reinado. Esse teste condena Luiz XIV. Como o povo o condenou ante seu cadáver ainda quente com seu rancor que impôs funerais noturnos, quase secretos. Luiz XIV sentiu a França na Europa, mas não sentiu a França na França. Na epiderme de seu povo que se macerou em heroísmo para engrandecê-lo. Ao qual êle quase nada soube dar. Em Luiz XIV, o político deglutiu o social. Como no livro de L. André.

Não se trata de censurar o imperialismo de Luiz XIV. Êle perseguia honestamente o que julgava a glória da França, a sua glória. Aprendeu a sua lição. Antes dêle houve Richelieu, houve Henrique IV. O continuador não pode parar sem desmanchar a obra iniciada. Sua alegria ao social era de seu tempo. Pode-se repreender o filho por se parecer com o pai? O povo sofreu e muito. O lastro sentimental do "honnête homme" havia de penalizar-se com êsse mal necessário, mas era o preço da glória. Essa pena impotente sobrenada em suas confidências principalmente à família. Mme. Maintenon era uma consciência viva desses sofrimentos. E êle sabia que não era só a França que desaprovava. Êle fez a França detestada na Europa (pg. 160-161); na Alemanha, na Holanda, na Itália, entre os católicos por causa do Papa ameaçado, entre os protestantes por causa da Revogação. Ódios que se objetivavam em coalisões. Coalisões que geravam novos ódios. Semeadura de ventos. Em vez de respeito encontrou hostilidades. França, país então sem amigos. Seus aliados o eram por temor ou por venalidade dos príncipes. Venalidade que resultava num verdadeiro "isolamento moral" (Picavet) para a França. A grandeza gera despeitos quando é ostensiva.

Terrível balanço para a velhice. Quando a erosão da morte desgastou sua "entourage" e êle teve que ver a nova geração que

emergia a pequenada pelos estragos da guerra. E verificar que o brilhante presente vivido custara um futuro comprometido. E ele vivera bastante para entrevê-lo. A velhice de Luiz XIV é um tema de Shakespeare. Nimbada de arrependimentos sugeridos pelo povo "plein d'aigreur et de desespoir" (Saint-Simon). Os historiadores se esquecem desse declínio amargo. Cheio de grandeza humana. E que conserva a altivez de outros tempos e se recusa a recuar e confessar a derrota.

A gente sem querer pensa de novo no duro julgamento de Grousset: "Luiz XIV teve a sorte de viver no século de Luiz XIV". Grande então a França e seu rei querendo-a maior sangrou-a em mais de uma geração. E a sangria retemperou o organismo para o grande assalto da Revolução com a qual o Estado reencontraria o amor do povo, ou melhor, dos povos.

Um rei achou um grande século, não foi um século que encontrou um grande rei. O mérito do rei foi procurar sinceramente merecer o seu século.

**EDUARDO D'OLIVEIRA FRANÇA**

Professor da Cadeira de História da Civilização  
Moderna e Contemporânea (U.S.P.)